



CRÓNICA DE UM ERRO ANUNCIADO

(Artigo de Isabel Corte-Real publicado na Rev. Visão, de 23 de Janeiro)

“A criação de novas Agências é dispensável e iníqua...”

No âmbito do processo de reforma da Administração, anunciou o Governo, há cerca de um mês, a decisão de criar duas Agências: a Agência Nacional de Compras Públicas E.P.E. e a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública E.P.E.

Não se conhecem ainda os contornos precisos desta decisão. Mas o que se sabe para já revela-se profundamente desajustado quando se visa reduzir a despesa pública, promover a eficiência e servir os cidadãos. E digo-o pelas seguintes cinco razões:

A primeira tem a ver com a inconsistência da medida. Quando se anuncia a criação de excedentes na função pública (através do chamado *processo de mobilidade especial*) que justificação se encontra para criar novas instituições? Se *toca a rebate* e é necessário reduzir (fala-se em cerca de 75 000 funcionários...), a criação de duas novas empresas públicas, com as despesas inerentes, apresenta-se efectivamente como inconsistente e iníqua.

A segunda respeita aquilo a que chamaria a *insistência no erro*. Nunca foram apresentadas quantificações do impacto da criação dos chamados institutos públicos do *terceiro género*, das empresas públicas ou empresas municipais. Mas sabe-se que estas instituições e empresas, com os seus Conselhos de Administração, os seus gestores públicos, as suas políticas de admissões e remunerações mais elevadas, foram uma das causas que levaram a um crescimento excessivo da despesa pública, designadamente na Administração Central e Local. Porquê insistir no erro, usando no processo de reforma os males que se combatem?

A terceira razão é semelhante à anterior, mas dirijo-a antes à inabilidade de aprendizagem com os sucessos. Se alguma coisa de positivo se tem reconhecido à Administração Pública portuguesa nos últimos trinta anos foi a capacidade em lidar com a gestão de excedentes de pessoal, designadamente provenientes do processo da descolonização. Ainda hoje somos admirados pelos nossos parceiros europeus pela forma como o fizemos, serena e eficiente. Não seremos capazes de lidar novamente com o excesso de pessoal e reencaminhá-lo? Porquê criar novas empresas públicas para o fazer?

Quarta razão diz respeito a uma sugerida centralização da gestão pública, anunciada no comunicado do Conselho de Ministros. Admite-se que haja casos em que uma gestão partilhada possa trazer economias de escala, sobretudo em organizações que actuam em domínios idênticos. Mas fazê-lo com uma abordagem tão global, sobretudo numa Administração Pública que peca, e sempre pecou, por excessiva centralização, não me parece boa política.

A quinta razão tem a ver com uma filosofia de Administração e de Estado. Será necessário reorganizar para logo de seguida criar novas administrações paralelas, empresariais, mais ricas, mais bem pagas e mais dispendiosas? Esta decisão é tanto mais preocupante, quanto da iniciativa de quem tem responsabilidades pela reforma administrativa, que deveria ter neste domínio uma postura exemplar...

E fecharia aqui, retomando o argumento da inconsistência. Reformar a Administração é preciso. É tarefa árdua e contínua. Fazê-lo a qualquer preço é um erro. É preciso rigor e segurança. É preciso um discurso político e uma prática em harmonia. A criação de novas Agências é dispensável e iníqua, sobretudo quando tantos sacrifícios se pedem, e se vão ainda pedir, à sociedade e à função pública.